

ACTA NÚMERO 19/XII/1ª SL

08.Novembro.2011 – 15h00

Aos 8 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência com o Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas - CRUP

5. Apresentação e debate do filme “PRAXIS”, retrato das praxes universitárias em diversas cidades do País, galardoado com o prémio “ISCTE-IUL” para melhor curta-metragem da competição portuguesa, no DocLisboa do realizador Bruno Moraes Cabral

6. Relatório da Participação de Portugal na União Europeia

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Pedro Alves - PSD

7. Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª (BE) - Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento - quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Miguel Tiago – PCP

8. Projecto de Resolução n.º 77/XII/1.ª - PCP- Recomenda ao Governo a Urgente Construção da Residência de Estudantes do Instituto Politécnico do Cávado e Ave

- **Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão**

9. Projecto de Resolução n.º 115/XII/1ª - PSD-CDS/PP - Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria ao concurso de colocação de docentes da Bolsa de Recrutamento n.º 2.

- **Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão**

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares para esclarecimentos sobre as afirmações do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, em S. Paulo - Brasil

- **Apreciação e votação**

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

16.Novembro.2011 – Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares -OE/2012

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O deputado Miguel Tiago (PCP) pediu que o ponto 7 – apreciação e votação do parecer do Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª (BE) - *Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento - quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro* – passasse para ponto 4, o que foi aceite.

O Presidente da Comissão informou que o ponto 6 – apreciação e votação do parecer do *Relatório da Participação de Portugal na União Europeia* – é adiado para a próxima reunião da Comissão, a pedido do autor do parecer, deputado Pedro Alves (PSD).

Com estas alterações, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da acta

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Tramitação das Informações respeitantes à discussão dos Projectos de Resolução

- ✓ Tendo em vista uma maior celeridade na votação no Plenário da AR dos Projectos de Resolução que são discutidos na Comissão, o Presidente da Comissão referiu que a **Informação correspondente passará a ser distribuída a todos os deputados no dia seguinte à discussão.**

Os deputados que pretendam apresentar alterações, nomeadamente em relação às respectivas intervenções na discussão, deverão fazê-lo com celeridade, **para a Informação seguir para a DAPLEN, tendo em vista a votação do Projecto de Resolução no Plenário na 6ª feira da mesma semana.** De harmonia com as normas regimentais, o **guião das votações normais na 6.ª feira é fixado pela DAPLEN até às 17 horas de 4ª feira.**

Nessa sequência, suprime-se a apreciação da Informação correspondente na reunião seguinte da Comissão.

Na sequência de uma intervenção do deputado Amadeu Albergaria (PSD) foi ainda consensualizado que no caso de os deputados introduzirem alterações à Informação, a nova versão será distribuída a todos os deputados.

3.2. Exposição de Maria Olinda Reis Pereira, docente numa instituição particular de solidariedade social, em relação à inscrição na Caixa Geral de Aposentações.

O Presidente informou que na sequência da recepção da exposição referida acima, que já tem antecedentes da anterior legislatura, foi solicitado aos Ministros da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social que se pronunciem sobre a Recomendação do Provedor de Justiça em relação à matéria.

3.3. Tendo baixado à CECC o PJR nº 120/XII /1ª BE - *Que recomenda ao governo medidas que desencorajam praxes violentas e que apoiam os estudantes vítimas dessas praxes* - a deputada Ana Drago (BE) referiu que informará posteriormente se pretendem a discussão na Comissão ou no Plenário.

3.4. Próximas reuniões

Foi consensualizado que a próxima reunião da Comissão será no dia 16 de Novembro de 2011; às 14h30, estando agendada para as 15h a audição do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, no âmbito do OE/2012.

O Presidente da Comissão informou que no dia 22 de Novembro.2011, pelas 10h00, é recebida em reunião da Comissão uma delegação da Assembleia Popular Nacional da China da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Saúde, composta por 7 membros. Esta delegação será neste dia recebida na AR, pela Comissão de Saúde e pelo Vice-Presidente da AR, Dr. Ferro Rodrigues.

No dia 23.Novembro.2011, pelas 11h00, a CECC recebe uma delegação do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas presidida pelo seu Presidente, Dr. Fernando Gomes (Macau).

4. Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª (BE) - Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro

O deputado Miguel Tiago (PCP) fez a apresentação do parecer do Projecto de Lei, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

5. Audiência com o Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas - CRUP

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) estava representado pelo seu Presidente e mais 13 reitores.

O Presidente do CRUP entregou um memorando sobre a matéria, que foi imediatamente distribuído aos deputados e está disponível na [página da Comissão](#). Referiu depois, em síntese, que o regime constante do artigo 43.º da Proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2012, exigindo que as contratações de trabalhadores para as universidades sejam precedidas de despacho favorável dos Ministros da Educação e Ciência e do Ministro das Finanças, configura uma limitação à autonomia daquelas instituições e restringirá o desenvolvimento das suas actividades, particularmente nas áreas de investigação, com efeitos na qualidade das universidades.

Salientou ainda que se tem verificado um decréscimo de contratação de docentes nas universidades, referindo os números correspondentes ao período de 1.7.2010 a 30.6.2011, constantes do memorando entregue.

Interveio depois o deputado Manuel Meirinho (PSD), que questionou a hierarquia entre as questões colocadas no memorando e equacionou as verbas atribuídas às várias escolas e a reorçamentação, nomeadamente em relação às receitas próprias. Evidenciou ainda a necessidade de manutenção do controlo político nas contratações, não pondo, no entanto, em causa a autonomia das universidades e o seu poder concorrencial.

O deputado Carlos Enes (PS) referiu que os cortes para 2012 das dotações a atribuir às universidades são superiores a 13% e que quase 90% das despesas das universidades estão adstritas a remunerações de pessoal, questionando o Presidente do CRUP sobre qual o panorama que prevê, nomeadamente no âmbito orçamental e em termos de apoio social. No que se refere ao regime dos artigos 42.º e 43.º da Proposta do OE, mencionou que configura uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que a Constituição da República Portuguesa consagra a autonomia das universidades, tal como outros direitos, nomeadamente a gratuidade do acesso ao ensino superior. Salientou ainda que a rede de estabelecimentos de ensino não tem vindo a ser vista como uma rede, mas antes como universidades autónomas, que concorrem entre si e salientou que o PCP discorda da política geral dos vários Governos de diminuição global das verbas para o sector público.

A deputada Ana Drago (BE) fez referência aos cortes que se têm vindo a verificar desde 2005 no ensino superior e na investigação e questionou a sustentabilidade do OE 2012 e os efeitos da diminuição de verbas na capacidade instalada das universidades, particularmente a nível de projectos e investigação. Mencionou ainda a redução de 10% dos bolsеiros e o desinvestimento na acção social, salientando o anúncio de um novo modelo de financiamento para as universidades anunciado na proposta do OE.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) salientou que está em causa um esforço exigido a todo o sector público para cumprimento das obrigações internacionais e mencionou a colaboração que as universidades têm vindo a dar. Referiu ainda que perante a troika tem de se mostrar

que o esforço é geral, mas há a hipótese de se reponderarem as medidas excepcionais, desde que se compaginem com o memorando com aquela entidade.

De seguida interveio o Presidente do CRUP e os reitores de várias universidades, que salientaram que têm vindo a acomodar-se às limitações e que, por um lado são iguais ao restante sector público, mas por outro são diferentes, atenta a sua autonomia e a Proposta de Lei do OE 2012 põe isso em causa. Manifestaram solidariedade, tendo evidenciado que estão colaborantes na resolução do problema, mas entendem que a diminuição de autonomia pode fazer perder a situação específica das universidades e que as limitações às contratações gerarão diminuição da resposta das mesmas, quando a investigação, a inovação e o conhecimento avançado são essenciais para sair da crise, sendo aquelas entidades fundamentais para isso. Referiram também que o ensino superior não é tratado no memorando da troika como um problema e que as entidades com má gestão são tratadas de forma idêntica às que tiveram boa gestão, como é o caso das universidades. Aludiram ainda à necessidade de revisão da rede de ensino superior e de concentração nesse objectivo, manifestando-se abertos à implementação de formas de monitorização da gestão das universidades, mas sem se limitar a sua autonomia.

A reunião foi gravada em registo áudio, que está disponível na [página da Comissão](#).

6. Apresentação e debate do filme “PRAXIS” retrato das praxes universitárias em diversas cidades do País, galardoado com o prémio “ISCTE-IUL” para melhor curta-metragem da competição portuguesa, no DocLisboa, do realizador Bruno Moraes Cabral

O realizador Bruno Cabral fez a apresentação do filme, salientando que se pretendia analisar e registar as praxes, referindo que há escolas em que as mesmas se mantêm quase durante todo o ano. Evidenciou que o filme mostra a violência do fenómeno, a relação de poder, a sexualidade, tendo sido filmado em 19 cursos e apenas nos casos em que foram autorizados a fazê-lo.

Após a visualização do filme registaram-se várias intervenções dos deputados sobre a matéria.

A deputada Inês de Medeiros (PS) referiu que o filme põe em evidência práticas inaceitáveis, que não devem gerar condescendência e contestou a existência de qualquer cerimonial para entrar numa universidade, mencionando que o acesso a uma instituição pública de ensino é livre e os alunos não têm que se submeter a quaisquer práticas, que nem sequer são da escola, em nome duma tradição, cuja origem não se conhece, mas que não é do seu tempo.

Salientou ainda que a questão do assédio sexual tem de ser encarada, havendo necessidade de defender os que participam contrariados e realçou que a integração com humilhação gera revanchismo, concluindo que o poder político não pode aceitar a situação e tem de garantir a liberdade dos alunos.

O deputado Duarte Marques (PSD) referiu, em síntese, que não contesta a praxe e os seus princípios, mas apenas as suas más práticas.

O deputado Miguel Tiago (PCP) mencionou que o filme é importante para o debate, dando um testemunho relevante desta realidade, que necessita de reflexão. Referindo que a praxe permite o conhecimento de todos e integra, entende que é de questionar porque razão esta humilhação é utilizada e os estudantes já com 12 anos de escolaridade não rompem com a praxe, submetendo-se à mesma, estando implícito o seu consentimento, com medo de represálias, referindo que revela a submissão que o sistema de ensino transmite aos alunos.

Pronunciou-se ainda no sentido de que o Estado deve ponderar o seu papel nesta matéria, devendo promover a autonomia dos alunos, para serem eles a auto-rebelarem-se. As praxes são idênticas a práticas utilizadas em clubes fechados, reproduzindo-se na universidade e revelando um ritual de iniciação e integração subordinada. O PCP é contrário à proibição destes comportamentos, entendendo que se configurarem situações de crimes serão tratados nesse âmbito.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que o filme faz um retrato da praxe, revelando a violência, a humilhação, de base sexual, a coacção perante os alunos, que vêm sozinhos para uma nova cidade para estudarem, revelando muitos excessos e abusos, que exigem uma alteração de mentalidades, mas também medidas públicas. Informou que o BE fez anteriormente um relatório sobre a matéria, no âmbito da Comissão de Educação e Ciência e apresentou agora um Projecto de Resolução a recomendar ao Governo a adopção de medidas. Lembrou que o anterior Ministro Mariano Gago e as universidades limitaram estas práticas, pelo que as mesmas se praticam agora essencialmente fora do espaço da instituição.

O deputado Laurentino Dias (PS) lembrou que as praxes foram suspensas de 1969 até ao 25 de Abril de 1974, existindo anteriormente com outros códigos e entendendo que as actuais não configuram rituais de iniciação. Fez depois uma analogia com o a questão das claques no desporto, que também se desvirtuam para vertentes de violência, referindo que tal como estas funcionam com o conhecimento dos clubes desportivos, o mesmo acontece com as praxes em relação aos dirigentes universitários.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) transmitiu a sua posição pessoal, já que não pode falar em nome do CDS-PP, com quem não equacionou a matéria, mencionando que já viveu a praxe na sua vertente actual, mas com adesão voluntária à mesma, entendendo que se trata de práticas de integração (também utilizadas nalgumas empresas) que têm uma análise diferente consoante a prática de cada pessoa ou aluno e que a sua proibição nas universidades pode levar a limitações mais relevantes

O Presidente da Comissão referiu que o filme relata cenas lamentáveis, degradantes, que se fossem vistas no estrangeiro dariam muito má imagem do ensino superior português, pronunciando-se no sentido de que há mais ramos do direito que podem ser aplicáveis, para além do criminal, nomeadamente o disciplinar. Evidenciou também a análise do papel das associações de estudantes. Realçou ainda a presença do ex- deputado do BE José Soeiro, que elaborou o relatório sobre a matéria na anterior legislatura e do Director Geral do Ensino Superior.

Por último o realizador do filme realçou a importância do debate transversal realizado, realçando que a praxe é muito antiga - havendo em tempos passados as trupes, que

controlavam a limitação de circulação dos estudantes a partir de certas horas - mas tem vindo a ter práticas diferentes, sendo sentida pelo estudante como uma forma de integração, tornando-se necessário reponderar se integra os valores do ensino superior. Salientou que muitas universidades proibiram as praxes nos seus recintos, mas a maior parte ainda são dentro dos seus espaços. Informou ainda que as praxes foram proibidas em França, na sequência de várias situações de violência.

O debate foi gravado em registo áudio, que está disponível na [página da Comissão](#).

7. Projecto de Resolução n.º 77/XII/1.ª - PCP- Recomenda ao Governo a Urgente Construção da Residência de Estudantes do Instituto Politécnico do Cávado e Ave

Não se verificaram intervenções em relação à informação distribuída sobre a discussão em Comissão do Projecto de Resolução em causa, pelo que o mesmo segue agora para votação no Plenário da AR.

8. Projecto de Resolução n.º 115/XII/1ª - PSD-CDS/PP - Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria ao concurso de colocação de docentes da Bolsa de Recrutamento n.º 2.

Não se verificaram intervenções em relação à informação distribuída sobre a discussão em Comissão do Projecto de Resolução em causa, pelo que o mesmo segue agora para votação no Plenário da AR.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares para esclarecimentos sobre as afirmações do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, em S. Paulo - Brasil

A deputada Rita Rato (PCP) justificou o requerimento para a audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares com a inadequação das afirmações do Secretário de Estado do Desporto e Juventude no Brasil, que referiu que os jovens desempregados têm de sair da zona de conforto e das suas fronteiras e com o facto de o mesmo ainda não ter indicado as medidas que propõe para o combate ao desemprego.

Intervieram de seguida os deputados Emídio Guerreiro (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) que, em síntese, referiram a desnecessidade da vinda autónoma do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sendo que os dois membros do Governo serão ouvidos no próximo dia 16, no âmbito da discussão do OE 2012, podendo aí ser-lhe colocadas todas as questões que forem consideradas pertinentes.

A deputada Ana Drago (BE) salientou que a questão pode ser debatida na audição do dia 16, considerando, no entanto, que as afirmações do Secretário de Estado do Desporto e Juventude são inaceitáveis.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) referiu que, por regra, são favoráveis à vinda dos membros do Governo e que embora se compreendam as afirmações do Secretário de Estado no exterior, em contexto de emigração, sendo o PS favorável à mobilidade e à circulação dos

jovens além fronteiras, para aquisição de experiência internacional, a referência à “zona de conforto” merece um esclarecimento político na AR.

A deputada Rita Rato (PCP) reforçou que desde 2009 não há uma discussão séria sobre o desemprego dos jovens e o debate do OE terá tantas matérias que certamente não haverá tempo suficiente.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando os votos a favor dos do PS, do PCP e do BE e verificando-se a ausência da deputada do PEV.

10. Outros Assuntos

11. Data da próxima reunião

16.Novembro.2011 – 14h30 – Ordinária

16.Novembro.2011 – Audição do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares - OE/2012

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 de Novembro 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Jorge
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Manuel Meirinho Martins
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Nuno Encarnação
Pedro Saraiva
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Helóisa Apolónia